Centros de Formação das Secretarias Estaduais de Educação

Maria Helena de Aguiar BRAVO
Doutora em Educação (UFSCar/UNICID)

Jéssica Veloso MORITO
Doutoranda em Educação (UFSCar)

RESUMO: Este estudo, inserido na proposta do Observatório de Formação Continuada, coordenado pela UFSCar, apresenta resultados sobre o levantamento e a análise de normativas de Centros de Formação vinculados às Secretarias Estaduais de Educação brasileiras. A partir da conceituação de "Centros de Formação", por meio de busca on-line, identificou-se a existência desses órgãos em oito estados brasileiros, cujas normativas foram analisadas. Os resultados indicam que todos os centros visam à formação continuada de profissionais da educação, visando à melhoria do ensino. Embora os centros apresentem estruturas organizacionais semelhantes, diferem quanto aos níveis de autonomia administrativa, às parcerias estabelecidas com universidades e empresas, às metodologias e às modalidades de oferta dos cursos. A análise indica que, apesar de apresentarem bases comuns para as ações realizadas, cada estado adapta as diretrizes de seus Centros de Formação de acordo com suas necessidades e contextos locais.

Palavras-chave: Centro de Formação. Formação profissional. Secretarias Estaduais de Educação.

Contexto e justificativa

Este texto apresenta resultados iniciais de uma pesquisa sobre Centros de Formação gestados por Secretarias Estaduais de Educação, visando contribuir com o processo e desenvolvimento da formação continuada oferecida aos profissionais da

educação. Tal discussão constitui uma das principais temáticas de pesquisa na área desde a redemocratização do país, na década de 1980. No entanto foi especificamente na década de 1990 que a formação continuada passou a ser considerada uma das estratégias fundamentais para o processo de construção de um novo perfil profissional do professor (Estrela, 1997; Gatti, 1997; Nóvoa, 1991; Veiga, 1998).

Autores da área apontam como objetos de estudo do campo da formação de professores os seguintes campos temáticos: (1) a formação inicial dos profissionais de educação; (2) a formação continuada dos profissionais de educação; (3) a constituição da identidade e a profissionalização docente; (4) as políticas educacionais de formação dos profissionais de educação; (5) a história da formação dos profissionais de educação no Brasil e, por fim, (6) os saberes docentes e a aprendizagem profissional (André, 2002; Brzezinski, 2008; Faria Jr.,1989; Krazilchik, 1988; Lima, 2003).

Estudos produzidos ao longo das últimas décadas indicam que a formação continuada, ainda que necessária para ampliar o processo de reflexão crítica sobre a prática educativa, operou mudanças pouco significativas nas práticas formativas (Araújo; Araújo; Silva, 2015). Os estudos de Lima (2012), Araújo (2013), Lima (2013), Rocha (2013), que buscaram compreender como as Secretarias de Educação vêm formando continuamente os seus professores e quais as implicações dessa prática formativa para a transformação social da educação escolar, indicam que as ações se pautam, em grande medida, em uma concepção liberal-conservadora, também denominada de racionalidade técnica, apontando para a necessidade de mudanças dos modelos de formação continuada de seus professores propostos pelos Estados e Municípios.

Objetivos e metodologia

Este estudo tem por objetivo diagnosticar, qualitativa e quantitativamente, os centros de formação das redes públicas estaduais de ensino do Brasil e contribuir com o processo e desenvolvimento da formação continuada oferecida aos profissionais da educação, visando à melhoria da qualidade da educação básica.

Para tal, realizou-se um levantamento de informações nos sites de todas as Secretarias Estaduais de Educação brasileiras, onde se buscou identificar se havia um órgão específico direcionado à formação dos profissionais da educação, suas normativas, relatórios de ações formativas e outras informações relevantes.

Para identificação dos Centros de Formação estaduais, inicialmente, compreendeu-se a necessidade de conceituá-los. Dessa forma, com base na análise de normativas do Ministério da Educação e de Centros de Formação já consolidados, chegou-se a quatro conjuntos de elementos constituintes: i) oferta de cursos e certificação; ii) público específico; iii) recursos humanos e materiais; e iv) regulamentação.

i. Com relação à oferta de cursos e certificação, compreende-se que um centro de formação deva apresentar: plano de formação, com definição de referenciais teóricos e tipologias de formação; cronograma formativo; certificação profissional; diversidade de modalidades; e convênios com universidades;

ii. Com relação aos públicos, compreende-se que um centro de formação deva atender: integrantes do quadro do Magistério Público do Estado; gestores escolares; e outros funcionários e profissionais da educação;

iii. Com relação aos recursos humanos e materiais, compreende-se que um centro de formação deva ter: equipe direcionada para as ações formativas e seu acompanhamento; e verbas direcionadas;

iv. Com relação à regulamentação, compreende-se que um centro de formação deva apresentar: legislação que regulamenta a criação e funções do centro; e regimento interno.

Para além dessas dimensões, um pressuposto para configuração de um centro de formação é que este órgão ou autarquia esteja obrigatoriamente associado à Secretaria de Educação, tendo como público-alvo os profissionais da educação. Dessa forma, um Centro de Formação se difere de uma "Escola de Governo" na medida em que as Escolas de governo preveem a formação de todos os servidores públicos e de todos os entes.

Nessa perspectiva, um Centro de Formação de Profissionais da Educação se configura como uma instituição especializada, vinculada à Secretaria de Educação de um estado ou município, cuja principal função é promover a formação continuada e o desenvolvimento profissional de profissionais ligados ao sistema educacional. Esses centros deveriam oferecer atividades formativas e de capacitação diferenciadas em suas cargas horárias, temas e modalidades, visando aprimorar competências pedagógicas, administrativas e técnicas dos profissionais da educação. Além disso, esses centros atuariam como facilitadores de parcerias com instituições de ensino superior, organizações governamentais e não-governamentais, ampliando as oportunidades de desenvolvimento profissional e contribuindo para a melhoria da qualidade da educação no âmbito em que operam.

Resultados e contributos para a área

Com base no levantamento realizado, foram identificados Centros de Formação em oito estados, sendo um do Nordeste (Ceará), três do Centro-Oeste (Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso), três do Sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo) e um no Norte (Roraima). Não foram identificados Centros de Formação na região sul do país.

Também foram identificados órgãos responsáveis por realizar formações com profissionais da educação em 10 estados da Federação, mas que, por não contemplarem as definições anteriormente apresentadas, não se configuram como Centro de Formação. Cinco deles são do Nordeste (Alagoas, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe), dois são da região Norte (Amapá e Tocantins), dois da região Sul (Paraná e Rio Grande do Sul) e um na região Sudeste (Rio de Janeiro).

Não foram identificados órgãos responsáveis pelas formações em nove estados da federação, sendo quatro na região Norte (Acre, Amazonas, Pará e Rondônia), três na região Nordeste (Maranhão, Paraíba e Piauí), um no Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul) e um na região Sul (Santa Catarina).

Com relação à análise das normativas dos Centros de Formação[1], observa-se como ponto de convergência que todos os Centros de Formação analisados têm como objetivo a formação continuada dos profissionais da educação, visando à melhoria do ensino e ao aperfeiçoamento profissional dos educadores. Também se identifica uma semelhança na estrutura organizacional básica desses centros, que geralmente incluem diretorias, seções administrativas e coordenações de formação, pesquisa e desenvolvimento, demonstrando uma abordagem semelhante na gestão dos centros.

Todos os documentos analisados destacam a importância da capacitação contínua e da valorização dos profissionais da educação. O reconhecimento do papel crítico que a formação desempenha na qualidade da educação básica é um consenso entre as normativas dos estados.

Com relação aos pontos de divergência, observa-se que a autonomia dos centros varia consideravelmente. Alguns cen-

1 Foram analisadas as normativas de sete dos oito estados identificados como tendo Centros de Formação. A normativa do estado do CE não foi encontrada.

tros são descritos como unidades administrativas descentralizadas e com maior autonomia relativa, enquanto outros centros estão mais integrados às Secretarias Estaduais de Educação e com menor autonomia relativa.

Sobre suas metodologias e formas de oferta dos cursos, alguns estados destacam o uso intensivo de tecnologias e a formação a distância, enquanto outros ainda enfatizam a formação presencial, com menções limitadas ao uso de tecnologias.

Também se observa, em alguns casos, uma forte ênfase na parceria com instituições de ensino superior e empresas para promover a formação continuada, enquanto outros estados não mencionam ou detalham essas parcerias de forma tão explícita.

Considerações finais

Este estudo apresenta um panorama inicial sobre os Centros de Formação de Profissionais da Educação, evidenciando tanto seus avanços quanto seus desafios no contexto brasileiro. Os principais achados indicam consenso sobre a importância da capacitação contínua para a melhoria da qualidade da educação básica e para a valorização dos profissionais da área, Contudo, apesar de uma base comum, há diversidade nos modelos organizacionais, níveis de autonomia e abordagens formativas adotadas pelos estados. A existência de Centros de Formação especializados em apenas oito estados reflete uma realidade desigual no atendimento às demandas de desenvolvimento profissional dos educadores, com lacunas expressivas especialmente nas Regiões Sul e Norte do País.

Os dados também indicam divergências significativas nos modelos de gestão, na integração com as Secretarias de Educação, na incorporação de tecnologias e na articulação com instituições parceiras, sugerindo que ainda há um caminho a

percorrer para a consolidação de políticas públicas mais coesas e abrangentes nesse campo.

Destaca-se, também, que este estudo apresenta limitações em sua análise, uma vez que se baseia em informações disponíveis nos sites das Secretarias Estaduais de Educação, o que pode não refletir integralmente a realidade das práticas e estruturas dos Centros de Formação. Adicionalmente, a pesquisa não explora de forma aprofundada os impactos da formação continuada nas políticas educacionais e na transformação social, um dos objetivos centrais da formação de professores. Estudos futuros podem ampliar essa investigação, incorporando análises mais robustas sobre os resultados concretos das ações formativas, bem como estudos comparativos entre diferentes contextos estaduais e municipais.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. (org.). **Formação de professores no Brasil (1990-1998)**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.

ARAÚJO, F. R. S. **Formação continuada da rede municipal de ensino do Jaboatão dos Guararapes**: caminhos e descaminhos de uma prática docente humanizadora. 2013. Dissertação (Mestre em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

ARAÚJO, C. M.; ARAÚJO, E. M.; SILVA, R. D. Para pensar sobre a formação continuada de professores é imprescindível uma teoria crítica de formação humana. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 35, n. 95, 2015.

BRZEZINSKI, I. GT 8: A pesquisa sobre formação de profissionais da educação em 25 anos de história. *In*: Reunião anual da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em educação, 30., 2008, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: ANPED, 2008.

ESTRELA, M. T. **Viver e construir a profissão docente**. Portugal: Porto, 1997.

FARIA JR., A. Relatório do GT Licenciaturas. **Boletim ANPED**, São Paulo, v. 10, n. 1-2, p. 78-79, 1989.

GATTI, B. **Formação de professores e carreira**: problemas e movimentos de renovação. Campinas: Autores Associados, 1997.

KRAZILCHIK, M. Relatório do GT Licenciaturas. **Boletim ANPED**, Porto Alegre, v. 10, n. 2-3, p. 29-30, 1988.

LIMA, E. F. et al. Análise crítica dos trabalhos apresentados no GT 8 no período 1999-2003. *In*: Reunião anual da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em educação, 26., 2003, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: ANPED, 2003.

LIMA, R. C. **A formação continuada nas representações sociais de seus formadores**. 2012. Dissertação (Mestra em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

LIMA, D. R. **Contributos da formação continuada no processo de reconfiguração da profissionalidade docente**: desenvolvimento da prática reflexiva em questão. 2013. Dissertação. (Mestra em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

NÓVOA, A. **Formação contínua de professores**: realidades e perspectivas. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991.

ROCHA, A. **A constituição de proposta de formação continuada de professores da rede municipal de ensino para o atendimento a diversidade do alunado**: concepções, limites e possibilidades. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

VEIGA, I. P. **Caminhos da profissionalização do magistério**. Campinas: Papirus, 1998.